

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 12

VALOR ONLINE - NOTICIA
SEGURIDADE SOCIAL

Alternativas à possível tributação de dividendos 2

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Texto "maduro", mas desidratado 4

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Retomada do Congresso tem focos na LDO e caso Zambelli 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comitê Gestor do IBS é instalado sem representantes dos municípios 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo foca em projetos com impacto em 2026 na volta do recesso parlamentar 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Corte de gastos como medida urgente (Artigo) 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifas reforçam finanças da Casa Branca e dificultam uma revogação 13

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ordem tarifária de Trump já eleva preços nos EUA 14

GAZETA DO AMAPÁ - MACAPÁ - AP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fibromialgia: A dor invisível e o reconhecimento legal pela Lei nº 15.176/2025 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

A chantagem imperial de Trump 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Serenidade é sinal de firmeza - HENRIQUE MEIRELLES 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

"Criptos de dólar" já negociam muito mais do que o famoso Bitcoin 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mesmo com tarifaço, país terá 'pouso suave', prevê Samuel Pessoa 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Cortes mais acentuados daSelicvão depender de cautela fiscal - SERGIO LAMUCCI 25

Alternativas à possível tributação de dividendos

Por Georgios Anastassiadis

Diversas empresas no Brasil, especialmente prestadoras de serviço, holdings familiares e holdings imobiliárias, estruturaram-se de modo a aproveitar a isenção de Imposto de Renda na distribuição de dividendos, vigente no país desde 1996. Contudo, com a possível tributação desses rendimentos, seja por meio do Projeto de Lei nº 1.087/2025 ou de outros projetos no âmbito da reforma da tributação sobre a renda, esses empreendimentos precisarão se reestruturar, a fim de não perderem sua efetividade ou, até mesmo, sua razão de existir.

Já há um movimento nesse sentido, com a busca por formas alternativas de manter a competitividade e justificar sua existência, tentando preservar, ou ao menos minimizar a perda de eficiência fiscal.

A primeira e mais simples alternativa é simplesmente deixar de distribuir dividendos, caso isso seja viável do ponto de vista financeiro. A empresa pode manter o lucro em caixa e reinvesti-lo na operação ou em aplicações financeiras que sejam mais vantajosas na pessoa jurídica. Dessa forma, evita-se a incidência do imposto ao mesmo tempo em que se fortalece o negócio.

A segunda alternativa, válida especialmente para empresas no regime do lucro real, é substituir a distribuição de dividendos por juros sobre capital próprio (JCP). Isso vale em especial para beneficiários pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, que não são contribuintes do PIS e da Cofins. Apesar de o JCP gerar uma retenção de 15% na fonte, ele permite a dedução do valor na apuração do lucro real a 34% na empresa remetente, o que pode torná-lo financeiramente atrativo, com um benefício de 19%, sob uma perspectiva consolidada.

Uma terceira possibilidade é a remessa dos lucros ao exterior utilizando-se tratados internacionais para evitar a dupla tributação, caso o arranjo societário do grupo assim o permita. Isso pode ser vantajoso se a remessa do lucro for para algum país com o qual o Brasil possua tratado que preveja isenção de imposto sobre dividendos ou que limite sua alíquota na fonte. É uma estratégia que exige atenção às condições específicas de cada tratado.

A quarta alternativa se aplica principalmente a empresas prestadoras de serviços, como escritórios de advocacia, contabilidade e consultórios médicos. Nessas situações, a remuneração dos profissionais por meio de pró-labore, em vez de dividendos, pode mitigar o impacto negativo da novel tributação. Caso a empresa esteja no lucro real, esse valor será dedutível, o que contribui para a redução da base tributável.

A quinta possibilidade, complementar à anterior, é o aumento da concessão de benefícios aos profissionais, como vale-transporte, vale-refeição e outros que não são tributados pelo IR na fonte nem pelo **INSS**. Essa medida pode manter a atratividade da remuneração sem gerar encargos adicionais. Deve-se, contudo, estar atento às regras de distribuição disfarçada de lucros que, com a nova tributação, tendem a ser ressuscitadas.

Sem prejuízo das alternativas acima, há uma medida pontual que está sendo considerada por muitas empresas: a distribuição dos lucros acumulados antes da entrada em vigor da nova legislação. Caso exista um estoque de lucros gerados sob a regra atual, é possível fazer essa distribuição prévia de forma isenta.

Convém pontuar, entretanto, que, independentemente da alternativa escolhida, qualquer reestruturação precisa ter substância econômica. É fundamental que haja um plano de negócios e uma motivação que vá além da simples economia tributária. A ausência de justificativas extra tributárias pode levar à contestação por parte do Fisco, gerando um indesejável contencioso.

No caso de holdings familiares ou imobiliárias, cogita-se também a possibilidade de desconstituição. Isso significaria devolver os imóveis aos sócios pessoas físicas. Embora viável, essa operação costuma ser onerosa. Há incidência de ITBI na transferência, além de custos cartoriais e de escritura, o que pode inviabilizar a estratégia. Diante disso, pode ser mais interessante manter a estrutura existente e aplicar uma das alternativas mencionadas acima. Reinvestimento na operação, distribuição de JCP, remessa para país com tratado favorável, pagamento de pró-labore e benefícios por empresa no lucro real e a antecipação da distribuição do estoque de lucros tendem a ser soluções mais eficientes e menos custosas do que a

simples desmontagem da holding.

De todo modo, é fato que o possível, senão provável restabelecimento da tributação sobre a distribuição de dividendos é uma medida que se avizinha com grandes chances de aprovação, seja como forma de compensar o recente aumento do piso de isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, seja como forma de alinhamento da tributação brasileira sobre a renda aos moldes internacionais.

Diante desse inexorável contexto, é de primordial importância que empresas lucrativas que tenham por política uma remuneração constante dos investidores via dividendos, inclusive holdings familiares, holdings imobiliárias e empresas prestadoras de serviços profissionais, antecipem-se e comecem a pensar, desde já, em formas de mitigar o impacto dessa nova tributação, seja por meio de simples medidas, como a alteração do regime de tributação (do lucro presumido para o real, por exemplo), seja por meio de reestruturações mais complexas, mas sempre levando em conta um business plan efetivo que lhe confira substância econômica, de modo a evitar o risco de questionamentos pelas autoridades fiscais.

Georgios Anastassiadis é sócio do escritório Gaia Silva Gaede Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Alternativas à possível tributação de dividendos

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/coluna/alternativas-a-possivel-tributacao-de-dividendos.ghtml>

Texto "maduro", mas desidratado

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA » FERNANDA STRICKLAND

A reforma administrativa, que está sendo elaborada pelo Congresso Nacional em parceria com o governo federal, deve ser discutida pela Câmara ainda neste ano, com anteprojetos prontos para apresentação a partir de agosto, na retomada dos trabalhos após duas semanas de recesso. Segundo o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que coordenou o grupo de trabalho responsável por debater o tema, a ideia é criar um "rito político" para amadurecer a proposta e então levá-la ao debate entre os parlamentares. De histórico conturbado no Brasil, propostas anteriores da reforma enfrentaram resistência de sindicatos e **servidores públicos**. Com essa, que promete não mexer nos supersalários nem na estabilidade, não é diferente.

Pedro Paulo destacou que a reforma não pretende retirar direitos dos servidores, como a estabilidade, nem reduzir o tamanho do Estado. "O principal objetivo é dar as balizas para um Estado mais eficiente" garantiu em coletiva de imprensa convocada em julho.

"Queremos que a proposta esteja mais amadurecida na política antes de um debate público amplo", disse o coordenador do GT. A reforma será apresentada por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar (PLP) e um projeto de lei ordinária (PL). Na perspectiva do parlamentar, os textos assegurarão os direitos dos servidores e a estabilidade dos funcionários públicos.

Ainda de acordo com o relator, os anteprojetos da reforma administrativa incluem a implementação de identidade única, ato digital obrigatório e rastreável, meritocracia com planejamento estratégico, indicadores e bônus por metas. Também está previsto o concurso nacional unificado para estados e municípios.

A identidade única, segundo ele, permitirá que cidadãos tenham acesso a diferentes serviços públicos com um único documento digital. Já o sistema de meritocracia incluirá avaliação de desempenho baseada em indicadores específicos, com bônus salariais para servidores que atingirem metas estabelecidas.

Embora não tenha como finalidade primordial um ajuste nas contas públicas, disse o parlamentar, os anteprojetos "poderão trazer algumas correções importantes no Orçamento público".

O tema dos supersalários, por sua vez, "não será tratado em nenhum anteprojeto a ser apresentado". A posição contrasta com a pressão de especialistas e da sociedade civil, que consideram o

Em contrapartida, o coordenador do GT propõe a criação de uma tabela nacional do serviço público com a remuneração de todos os servidores e transição de 10 anos para unificação de carreiras e salários. A medida visa "mais transparência e correção de desigualdades".

A ausência do debate sobre su-persalários, na avaliação do economista Bruno Carazza, que é professor da Fundação Dom Cabral, desfalca o texto e corrobora o atual estado "desigual" do serviço público. De acordo com ele, a distorção salarial não vem de uma remuneração média alta. "Pelo contrário, o maior número dos **servidores públicos**, como os profissionais da educação, da saúde, da segurança, recebem rendimentos muito baixos", afirmou.

Para o especialista, no entanto, existem carreiras "muito específicas" no serviço público que se articulam para burlar o teto constitucional de R\$ 46.366,19 - salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) - e conseguem remunerações por meio de auxílios e penduricalhos. Trata-se de "um grupo muito restrito de servidores que estão conseguindo burlar a Constituição e estão recebendo salários (remunerações) de milhões de reais por ano e em descumprimento à Constituição (teto constitucional)", disse o economista, que exemplificou o cenário com carreiras como as do Ministério Público, da advocacia pública e a de juízes.

Essas categorias conseguem "burlam" o teto constitucional, segundo Carazza, por meio da criação de auxílios e benefícios indenizatórios. "Exploram uma brecha que existe na Constituição que estabelece que os pagamentos indenizatórios, como as diárias de viagem, por exemplo, não estão sujeitas ao teto constitucional", apontou.

Autor do livro O país dos privilégios - Os novos e velhos donos do poder, ele também contribuiu para uma pesquisa publicada no mês passado que apontou que os gastos do Judiciário com remunerações acima do limite constitucional aumentaram 49,3% entre 2023 e 2024.

O valor "extrateto" saltou de R\$ 7 bilhões para R\$ 10,5

bilhões em apenas um ano. Essa constatação, publicada por meio de um estudo do Movimento Pessoas à Frente - organização suprapartidária que propõe melhorias na gestão do serviço público - foi feita com base nos dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O levantamento expôs o avanço dos chamados penduricalhos - verbas indenizatórias e adicionais que permitem aos magistrados receber além do teto legal do funcionalismo público.

De acordo com Jessika Moreira, diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente, os supersalários devem ser "freados com urgência". "O dinheiro público precisa ser usado em benefício da população, e não como privilégio de uma minoria de **servidores públicos**", defendeu.

Estabilidade

A reforma administrativa, garantiu o deputado Pedro Paulo, não mexerá na estabilidade do funcionário público, outro ponto importante do texto. A estabilidade foi criada para proteger servidores de perseguições políticas e garantir continuidade das políticas públicas. Críticos, porém, argumentam que há acomodação em parte do funcionalismo.

Na avaliação de Bruno Carazza, essas garantias de que o servidor fica coberto do risco de ser demitido devem ser uma prioridade para cargos estratégicos no serviço público. Ele sugere a regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho. Esse dispositivo, previsto na Constituição, carece de uma regulamentação. Atualmente, a demissão de **servidores públicos** estáveis ocorre por meio de processos administrativos disciplinares (PAD) ou por sentença judicial transitada em julgado.

"É preciso permitir que aqueles servidores que são minoria, que não são comprometidos, que não entregam, sejam desligados da administração pública", defendeu. Segundo ele, isso "não entra em choque com o instituto da estabilidade".

Ainda conforme o economista, uma regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho exigiria metodologia rigorosa para evitar arbitrariedades, com critérios objetivos e processos de avaliação transparentes.

Governo

Parte importante nas discussões do grupo de trabalho sobre reforma administrativa, o governo federal defende a bandeira de uma "transformação do Estado" que, segundo a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, "vai além de uma reforma tradicional".

Dweck defende que uma reforma administrativa deve melhorar "a capacidade do Estado brasileiro de entregar políticas à nossa população". A ministra argumenta que o Estado precisa ser não apenas eficiente, mas também eficaz na promoção da justiça social.

O MGI implementou mais de 38 medidas desde janeiro de 2023, incluindo o Concurso Público Nacional Unificado, regulamentação do estágio probatório focada em avaliação de desempenho e ampliação da digitalização dos serviços públicos. Entre as medidas já implementadas está ainda a reestruturação de carreiras para evitar progressões automáticas desconectadas do desempenho.

Sindicato

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, disse ao Correio que o Brasil já vive um processo contínuo de reforma administrativa e cobrou clareza do Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD--RJ) sobre a visão de Estado e de serviço público que orienta a nova proposta em discussão na Câmara dos Deputados.

Segundo Marques, a falta de definição por parte do GT gera "desconfiança e preocupação" entre os servidores e suas entidades representativas. Ele lembrou que, entre 2017 e 2022, o debate sobre modernização do Estado foi "sequestrado por uma visão fiscalista, re-ducionista e privatista" com destaque para a PEC 32/2020, apresentada no governo Jair Bolsonaro (PL). De acordo com o dirigente, aquela proposta tinha como objetivo central gerar "economia gigantesca" à custa de direitos dos servidores e da qualidade dos serviços prestados à população.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/08/04/all.pdf>

Retomada do Congresso tem focos na LDO e caso Zambelli

LUÍSA MARZULLO

O Congresso retoma os trabalhos hoje em um cenário de tensão política e com pauta legislativa extensa pela frente. Entre as prioridades do governo está a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cuja aprovação deveria ter ocorrido antes do recesso de julho. A votação do texto é condição para o avanço da elaboração do Orçamento de 2026.

O Palácio do Planalto também cobra celeridade em outras frentes, como o avanço na tramitação do projeto que trata da correção da tabela do Imposto de Renda (IR), com a isenção prometida por Lula na campanha para quem ganha até R\$ 5 mil mensais, e a regulamentação da **reforma tributária**, etapa essencial para viabilizar as mudanças aprovadas no ano passado.

O ambiente político é de alta temperatura. O retorno do Legislativo ocorre às vésperas do início da vigência do tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o Brasil, e num momento em que o cerco se fecha ao redor do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que passou a cumprir medidas cautelares determinadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) logo no início do recesso, em 18 de julho.

Diante disso, a oposição pressiona pela votação de projetos que têm como objetivo defender bolsonaristas. O principal deles é a proposta de anistia aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023, à qual o PL, partido de Bolsonaro, ainda tenta dar fôlego.

Na Câmara dos Deputados, duas situações envolvendo parlamentares aliados de Bolsonaro devem ter prioridade. A primeira é o processo de cassação da deputada Carla Zambelli (PL-SP), que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e pode ser levado a plenário ainda este mês. Após passar dois meses foragida na Itália, a parlamentar foi presa na semana passada.

EXTENSÃO DE LICENÇA

A segunda envolve um dos filhos do ex-presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), cuja licença para o exercício do mandato venceu durante o

recesso. Nos Estados Unidos desde março, ele não reassumiu formalmente o posto como parlamentar. Aliados articulam soluções para garantir sua permanência no cargo, enquanto o PT fala em acionar o Conselho de Ética da Câmara para pedir sua cassação.

Entre as propostas que o grupo bolsonarista gostaria de ver avançar para beneficiar Eduardo Bolsonaro estão a extensão da licença parlamentar para até 240 dias -hoje o prazo máximo é de 120 -e a autorização para o exercício remoto das funções de deputado. Fora do Congresso, lideranças do PL também tentam viabilizar a nomeação de Eduardo para um cargo no Executivo estadual, o que permitiria a manutenção do seu mandato por meio de uma licença oficial, enquanto permanece no exterior.

Deve entrar em discussão ainda um projeto para limitar a judicialização de decisões do Congresso por parte de partidos políticos.

A proposta foi defendida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), no início de julho. A ideia é definir um número mínimo de parlamentares que uma legenda deve ter para se habilitar a questionar decisões validadas em plenário junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro projeto que deve ser debatido na Câmara é o de regulamentação do uso da inteligência artificial (IA). O texto, que foi aprovado no fim do ano passado no Senado e agora está com os deputados, classifica os sistemas de IA por níveis de risco para a vida humana e também trata sobre ameaças a direitos fundamentais.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Comitê Gestor do IBS é instalado sem representantes dos municípios

Beatriz Olivon De Brasília

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai administrar a arrecadação do novo tributo, foi instalado na sexta-feira, mesmo sem representantes dos municípios. Como primeiro presidente do Conselho Superior do órgão foi eleito o secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul, Flávio César Mendes de Oliveira, que também é presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

"Essa fase toda que antecedeu a eleição foi baseada em diálogo e transparência com as instituições que representam os municípios e chegamos ao entendimento de que precisávamos avançar porque temos prazos a serem cumpridos", disse ao Valor o presidente eleito, destacando que a fase de transição da **reforma tributária** começa no ano que vem. "Para desenvolver os sistemas [do IBS], é necessário receber os aportes da União."

Os primeiros passos, segundo ele, serão emitir o CNPJ do Comitê Gestor e abrir uma conta bancária

para receber os recursos da União. Estava previsto para este ano o repasse, em janeiro, de R\$ 600 milhões em parcelas mensais de R\$ 50 milhões. Sete meses, porém, já foram perdidos e o valor deve ser menor, afirmou Oliveira.

A expectativa é que o novo tributo, que será dividido entre Estados e municípios, substituindo hoje o ICMS e o ISS, deverá movimentar perto de R\$ 1 trilhão ao ano.

Instalado na sede do Comsefaz, em Brasília, o órgão será comandado pelo Conselho Super-

rior, formado por 54 membros: 27 dos Estados e 27 dos municípios. Os representantes dos Estados são os secretários de Fazenda. Os dos municípios já deveriam ter sido eleitos mas, ante divergências entre a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), ainda não foram.

A diretoria da FNP assistiu a eleição, que ocorreu durante a 2ª Reunião do Conselho Superior do Comitê Gestor, mas não votou. A da CNM também foi

convidada, mas sequer compareceu. Por enquanto, segundo Oliveira, não serão tratados no órgão assuntos fora desses pontos mais operacionais.

Porém, em um pré-comitê, que tem a participação dos municípios, acrescentou, outros temas já são abordados, como o desenvolvimento dos sistemas operacionais IBS, o regimento do Comitê Gestor e o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 108/2024 - que trata do órgão e estabelece normas para gerenciar o IBS.

"A intenção é avançar. O maior interesse é garantirmos o cumprimento dos prazos e o recurso [da União], que será fundamental para o desenvolvimento de tu-

do, garantindo não só o interesse dos Estados, mas também dos municípios", afirmou Oliveira.

De acordo com o presidente, eventualmente poderão ser aprovados encaminhamentos para os temas no pré-comitê e depois repassado o posicionamento para deliberação formal no Comitê Gestor, até que se resolva o imbróglio dos municípios. "Infelizmente, está numa esfera que não compete a nós."

O desentendimento entre as entidades dos municípios, que já foi levado ao Judiciário, se dá na escolha dos representantes. A Constituição e a Lei Complementar nº 214, de 2025, estabelecem que os 27 representantes serão escolhidos da seguinte forma: 14 em uma votação em que cada município representa um voto e 13 numa apuração que levaria em conta a população de cada município.

Por ter uma base de associados maior, a Confederação Nacional dos Municípios seria a única a preencher os requisitos para apresentar candidatos para os dois grupos, deixando a Frente Nacional de Prefeitos, que representa grandes cidades, sem controle de nenhum grupo.

Um acordo foi tentado pelo Mi-

nistério da Fazenda e o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), sem sucesso. A FNP pediu uma nova audiência com o parlamentar para levar suas demandas sobre o PLP nº 108, com a proposta de uma emenda para resolver o assunto,

segundo o prefeito Sebastião Melo, vice-presidente da Frente.

Não há conveigência com o CNM, disse ele, mas tem havido conversas. Já estava previsto, lembrou, que o primeiro presidente seria representante dos Estados. "Por isso, não há problema na escolha, sem que outros pontos sejam definidos sem os municípios."

Em nota, a Frente afirma que "é consenso na FNP que os municípios não podem ser prejudicados

com o atraso no recebimento desses recursos, ainda que as eleições dos representantes municipais não tenham sido realizadas".

André Horta Melo, diretor institucional do Comsefaz, reforçou que a prioridade será criar o CNPJ e abrir a conta bancária para pedir o repasse dos valores. "Tem uma alíquota teste para rodar em janeiro. Vamos cuidar da questão operacional para rodar", disse.

Em nota, a CNM afirma manifestar "profunda indignação" com os acontecimentos envolvendo a instalação do Comitê Gestor. Para a entidade, Estados e o Distrito Federal, por meio do Comsefaz, "tomaram atitude unilateral e arbitrária" instalando o órgão sem a "legítima e obrigatória" representação dos municípios.

"Tal instalação representa não apenas uma violação flagrante da Constituição Federal, mas um ataque frontal à autonomia dos entes locais brasileiros e ao próprio pacto federativo", diz em nota, acrescentando que declarou sua retirada formal do acordo de cooperação técnica estabelecido com os Estados e Distrito Federal, por não compactuar com ações "que ferem diretamente os municípios brasileiros".

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1§ion=1)**

Governo foca em projetos com impacto em 2026 na volta do recesso parlamentar

O retorno dos trabalhos do Congresso deve colocar à prova, na prática, a recuperação da popularidade obtida pelo governo Lula durante o recesso com a reação ao tarifaço anunciado pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Para parlamentares governistas, a pausa nos trabalhos foi considerada estratégica para deixar a "poeira baixar" depois da escalada de atritos entre o Legislativo e o Executivo, além do acirramento da polarização no Parlamento. Mas este segundo semestre é visto como estratégico para a aprovação de projetos que possam ter impacto na campanha eleitoral de 2026.

Nesse sentido, alguns exemplos citados são a proposta de isenção do Imposto de Renda (IR) para quem recebe até R\$ 5 mil, a medida provisória (MP) que cria a tarifa social da energia elétrica e a proposta de emenda à Constituição (PEC) da segurança pública.

Parlamentares dizem que o discurso abraçado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de defesa da soberania nacional após a imposição da tarifa de 50% sobre os produtos brasileiros ajudou o Executivo a ganhar um "fôlego" após as derrotas que teve no Congresso no final do primeiro semestre.

"A turma do centro agora irá medir o clima, política é política. A avaliação do governo melhorou, tem notícia de desemprego caindo, Lula está subindo nas pesquisas. Eles vão diminuir o tom. O discurso mais agressivo do PT dos "ricos contra pobres" foi o que jogou Lula para cima, mas agora a persistência disso, estigmatizando o Legislativo, pode ser um tiro no pé", disse o líder do PDT, deputado Mário Heringer (MG), ao Valor.

O possível envio, pelo governo, de um pacote de medidas

para proteger a economia com o tarifaço de Trump não deve encontrar resistência da cúpula do Congresso ou dos parlamentares. Em encontro com o vice-presidente Geraldo Alckmin, os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), alinharam-se ao discurso do governo de proteção da soberania e colocaram o Legislativo à disposição para a aprovação de matérias voltadas à remediação dos efeitos das tarifas.

A vida do Planalto, entretanto, não deve ser fácil neste segundo semestre. Duas medidas provisórias que são prioridade para o Executivo, a que cria alternativas

Câmara e Senado alinharam-se ao Planalto no discurso sobre defesa da soberania

à alta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a da tarifa social, contêm pontos que já enfrentam resistências dos parlamentares. Deputados e senadores envolvidos na comissão da MP que propõe uma reforma do setor elétrico, por exemplo, já sugerem mudanças na parte do texto que trata dos aspectos re-gulatórios do segmento.

Neste início de semestre também será instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os des-

contos indevidos no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), com um senador da base governista, Ornar Aziz (PSD-AM), como presidente. Embora interlocutores de Aziz digam que nenhum governo será unicamente responsabilizado pelos desvios e governistas avaliem que a CPMI começa enfraquecida, há ainda temor de que a apuração possa enfraquecer a imagem de Lula para 2026.

De acordo com o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), a pri-

meira semana após o recesso será para ter conversas, reunir os líderes e definir o que a Câmara tem como meta.

Na visão do deputado, "ninguém sabe como o PL vai voltar" e o "PT vai querer radicalizar". "Hugo [Motta] deve reunir os líderes e tentar fazer um consenso priorizando matérias importantes que tenham acordo. É óbvio que vai ter uma disputa política e há situações que vamos precisar ajustar. Será preciso respeitar as posições, mas trabalhar para não inviabilizar os trabalhos."

Em outra frente, o PL deve aproveitar a sanção aplicada pelos EUA ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para seguir pressionando pela apreciação do projeto de lei que anistia os envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro

de 2023 e que pode beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Parlamentares de Centrão, no entanto, não estão dispostos a apoiar essa demanda. Os potenciais impactos negativos do tarifaço na economia e a ameaça do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) de que Motta e Alcolumbre ainda podem ser alvos da Lei Magnitsky distanciou o grupo das pautas defendidas pelo PL, como a restrição a decisões mo-nocráticas do STF.

O semestre ainda volta com a pendência da votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Isso deve ocorrer até o fim de agosto, quando acontece o envio da Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo governo, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Filho (União-PB). A aprovação dessa matéria o quanto antes é de interesse dos próprios parlamentares, que querem chancelar o Orçamento antes do fim de 2025 para que a liberação das emendas não demore tanto em 2026, que é ano eleitoral.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1§ion=1)**

Corte de gastos como medida urgente (Artigo)

ALFREDO COTAIT NETO *Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)*

Tem sido difícil encontrar uma palavra no nosso rico idioma para definir a atual situação político-econômica do Brasil. Instabilidade jurídica e desarranjo institucional, talvez, resumam o que está ocorrendo. Diante de tudo isso, a parcela afetada assiste, inerte: população produtiva, empreendedores criativos, trabalhadores que querem fazer o país andar para frente. O principal pano de fundo econômico de todo esse contexto é o problema no orçamento público. Orçamento que não reserva verba para investimento, motor para que as economias evoluam e o país progrida. A ferramenta Gasto Brasil - coordenada pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), em parceria com a Associação Comercial de São Paulo (ACSP) - aponta que o gasto com pessoal em 2024 foi seis vezes maior do que o montante dedicado aos investimentos.

O número, além de chocar, levanta questionamentos: qual a qualidade desse gasto com despesas obrigatórias? Que retorno ele traz à população e ao setor econômico? Uma análise mais aprofundada da plataforma Gasto Brasil mostra que as despesas do governo federal são divididas em 28 categorias.

Dessas, 11 representam 96% do total das despesas.

As duas maiores, previdência e despesas com pessoal e encargos, são 60% do total. Para tentar reverter o quadro, o governo anuncia aumento de **impostos**.

O Congresso freia. O Judiciário é acionado.

Enquanto isso, a conta não fecha. Pelo contrário. O fosso aumenta e não vai parar de crescer enquanto medidas estruturais não forem adotadas.

É preciso buscar eficiência no uso do dinheiro público.

O Brasil tem alta carga tributária, e achar que a solução é o aumento de **impostos** chega a ser um erro primário. Não há outro caminho. O Estado não vai aguentar mais por muito tempo. O Brasil está perto de uma situação crítica. Precisa de liberdade econômica para encontrar um caminho de prosperidade. Governantes e gestores têm que encontrar formas de

controlar despesas obrigatórias e aumentar a arrecadação - sem sufocar a economia. O Estado brasileiro precisa custar menos para dar espaço aos investimentos.

Além desse problema estrutural, há as questões políticas e internacionais, que refletem diretamente no ambiente econômico. Como exemplo, podemos citar a queda de braço em relação à cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Executivo, Legislativo e Judiciário envolvidos, enquanto os empreendedores paralisam projetos e aguardam o desfecho sem saber como fica a regra final.

Na sequência, veio o tarifaço, anunciado pelo governo americano. Outra surpresa negativa que também requer diálogo, sabedoria, consenso e muita diplomacia para que as consequências não piorem ainda mais a capacidade de investimento. Se o Brasil fosse um país com bases econômicas sólidas, esses fatos não previstos gerariam menor incerteza.

Mas, como buscar essa solidez? É quando voltamos ao tema central: a necessidade de cortar gastos.

Nosso Estado é pesado, lento e pouco criativo porque carrega um sistema com todas essas proporções: peso, demora e práticas antigas. Nesse caminho, o deficit é inevitável. Com ele, faltará dinheiro para investimentos em áreas básicas, como segurança, transporte, educação e saúde. O controle dos gastos públicos é uma necessidade para garantir não apenas a saúde fiscal do Estado, mas também para promover o desenvolvimento social e econômico.

A ferramenta Gasto Brasil nos proporciona a possibilidade de - até como cidadãos - atuarmos como fiscalizadores. É um estímulo para que toda sociedade verifique com transparência e atue de forma ativa para coibir que o Brasil siga sendo um país que não prioriza os investimentos.

Os empreendedores estão prontos para esse debate. Há soluções inovadoras e saídas que podem ser copiadas de outros países, por exemplo.

Os setores precisam ser ouvidos. É preciso criar ambientes de discussão, de troca de ideias.

Empreender no Brasil não pode continuar sendo um

ato de coragem solitária. É o momento de se discutir avanços estruturais, antes que seja tarde.

2026 está aí, com corrida eleitoral. Mas 2025 ainda tem cinco meses pela frente. Que sejam de progresso e avanços

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7655/04-08-2025.html?all=1>

Tarifas reforçam finanças da Casa Branca e dificultam uma revogação

**ANDREW DUEHREN THE NEW YORK
TIMES/WASHINGTON**

As tarifas de Donald Trump para importados começaram a gerar uma quantia significativa para o governo dos Estados Unidos. A nova fonte de receita tem serventia para uma nação altamente endividada. Por isso, os formuladores de políticas americanos podem começar a depender desse dinheiro.

Mesmo antes de a maior parte das tarifas entrar em vigor (o que está previsto para a quinta-feira, 7), a receita já disparou.

Entre janeiro e julho, as tarifas aduaneiras, ao lado de alguns **impostos** sobre consumo, geraram US\$ 152 bilhões, quase o dobro dos US\$ 78 bilhões do mesmo período do ano passado, conforme dados do Tesouro norte-americano.

Trump tem citado a receita tarifária como prova de que sua abordagem comercial é uma vitória para os EUA.

Membros do seu governo argumentaram que o dinheiro das tarifas ajudaria a tapar o buraco criado pelos amplos cortes de **impostos** aprovados pelo Congresso no mês passado, que devem custar pelo menos US\$ 3,4 trilhões.

Analistas estimam que as tarifas, se mantidas, gerem mais de US\$ 2 trilhões em receita adicional aos Estados Unidos na próxima década.

Porém, os economistas, em sua maioria, acreditam que a gestão Trump abandonará as novas barreiras comerciais.

Mas alguns reconhecem que um fluxo de receita tão substancial pode acabar sendo difícil de abandonar.

"VÍCIO". "Acho que isso é viciante", disse João Gomes, economista da Wharton School, da Universidade da Pensilvânia.

"É muito difícil abandonar uma fonte de receita quando a dívida e o déficit são o que são." Há muito tempo Trump pensa em substituir os **impostos** sobre a renda por tarifas. Ele se refere à política fiscal americana do fim do século 19 - quando não havia imposto de renda, e o governo dependia de tarifas - como um modelo.

Embora o imposto de renda e o da folha de pagamento continuem sendo as suas fontes mais importantes de receita, a combinação entre as tarifas e o mais recente corte de **impostos** faz com que os EUA deixem de tributar os rendimentos e passem a tributar os bens.

Os **impostos** sobre importados devem aumentar o custo dos produtos de uso diário. Os americanos de baixa renda saem em desvantagem porque já gastam maior parte dos seus ganhos com esses produtos mais caros. Os analistas preveem que as taxas pesem sobre o desempenho da economia em geral, o que, por sua vez, pode reduzir o valor da receita do imposto de renda.

Ernie Tedeschi, diretor de economia do Yale Budget Lab e ex-funcionário do governo de Joe Biden, acredita que, futuramente, os próximos líderes em Washington, sejam eles republicanos ou democratas, podem hesitar em reverter as tarifas se isso significar um adicional à dívida federal, que já preocupa Wall Street. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ordem tarifária de Trump já eleva preços nos EUA

O prazo final da primeira fase da guerra tarifária do presidente Donald Trump contra o mundo encerrou-se na sexta-feira: 194 países pagarão mais tarifas, com piso de 10% e com o Brasil na solitária posição de alvo da maior taxa, de 50%. Ao contrário das apostas iniciais, e do folclore de que Trump sempre recua, o pedágio para ingresso no mercado americano, ao menos por ora, subiu. Em relação ao que foi anunciado no "Dia da Liberação", 2 de abril, 26 países obtiveram taxas menores do que a intenção americana, e 20 foram punidas com taxas maiores. Os parceiros com que os EUA mais comerciavam pagarão taxas bem acima do piso de 10%, ou seja, o imposto de importação médio ponderado pelo comércio dos EUA subirá acima dos 17,7% atuais-a proteção crescerá.

Trump pode se regozijar de que conseguiu dobrar o mundo a seus desejos, mas seus problemas se acentuarão a partir de agora. A **inflação** americana está em alta e as tarifas mal começaram a se elevar, o que, com o repasse aos preços pagos pelos consumidores, trará um viés eleitoral adverso ao governo nas eleições legislativas de meio do mandato, em 2026.

Os objetivos do governo americano são contraditórios entre si e induzem à redução do crescimento global. Ao buscar déficit comercial menor do que o quase US\$ 1 trilhão em 2024, e aumentar o imposto de importação do mundo para isso, as compras dos EUA teriam de cair. Trump, no entanto, conta com esse imposto para aumentar a arrecadação e com isso contrabalançar o peso do corte de **impostos** por ele proposto, que acrescentará liquidamente US\$ 3,5 trilhões a um déficit público já gigantesco, de US\$ 37,5 trilhões.

Em junho, a aduana americana arrecadou US\$ 25 bilhões, muito acima da média de US\$ 10 bilhões usuais. No entanto, não há como continuar elevando essas receitas para diminuir o déficit comercial, pois a função da tarifa é exatamente contrária, reduzir importações, exceto na lógica enviesada da equipe de Trump. Outra forma de diminuir o déficit americano seria elevar as exportações. Maiores tarifas de importação, porém, elevam sobremaneira os custos de produção.

Essa é uma peculiaridade no protecionismo de Trump.

Apesar de exigir reciprocidade no tratamento comercial entre países, ele raramente fala e nada propõe para aumentar a fatia de exportações americanas globais. Restrições à venda de produtos e serviços americanos são motivos para defesa comercial com tarifas, e tarifas são

defendidas como estímulos para trazer empresas de volta para os Estados Unidos. Mas o avanço ou a permanência competitiva das companhias americanas no resto do mundo não está explicitamente entre as metas de um time protecionista ao extremo.

A equação tarifária de Trump não fecha por outros motivos. Só faz sentido elevar tarifas de importação dos maiores parceiros comerciais se as negociações conduzirem a um recuo significativo consensual. Do contrário, elas levarão a um aumento cíclico de preços rápido e direto aos consumidores e empresas americanas. Mas os maiores fornecedores do país foram punidos com taxas de ingresso muito superiores à média de 10% imposta inicialmente a todos os países. China, México e Canadá somam 40% das importações dos EUA, mas os dois maiores parceiros americanos ainda estão pendentes de definição. A China, suposto motivo da guerra comercial, paga 30% hoje, com mais prazo para acordo do que todos os outros países sob investida americana.

A proteção americana, no final, foi elevada sobre todos os países relevantes, embora os mercados financeiros desdenhassem dessa hipótese. Isso significa que a pressão sobre os preços domésticos deverá subir nos próximos meses. Eles começaram a subir de forma vagarosa em maio, com a taxa de 10%, e deixaram um rastro claramente visível em junho. O índice de gastos ao consumidor (PCE), medida preferida pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) para rastrear a tendência dos preços, avançou 0,3% em junho, após aumentar 0,2% em maio. Em 12 meses, o índice atingiu 2,6%, acima da meta de 2%. O núcleo do índice seguiu a mesma tendência e chega a 2,8% em 12 meses.

O índice de junho do Departamento de Comércio americano mostra que as tarifas começaram a influir nos indicadores de preços de forma clara. Mobiliário para residências aumentou 1,3% em junho, maior alta desde 2022. A variação positiva dos preços de veículos chegou a 0,9%, e a de roupas e calçados, a

0,4%. Brinquedos, roupas e café seguiram a mesma toada, que deve se intensificar. Vietnã, Indonésia, Bangladesh e outros países asiáticos, fornecedores relevantes desses produtos, pagarão a partir de hoje tarifas entre 9% e 40%. A maior pressão, já expressa nos índices de inflação, é a dos bens duráveis.

Não há como o protecionismo de Trump resultar em maior crescimento americano e prosperidade global. A volta a um mercantilismo tosco na maior economia do mundo é um retrocesso que custará muito aos EUA e ao mundo.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1§ion=1)**

Fibromialgia: A dor invisível e o reconhecimento legal pela Lei nº 15.176/2025

Imagine acordar todos os dias com o corpo cansado e dolorido, como se tivesse trabalhado a noite inteira - mesmo sem ter feito esforço físico.

A cabeça pesa, o sono não recarrega as energias, e o simples ato de lembrar onde deixou as chaves de casa se torna um desafio. Para muitos brasileiros, isso não é exagero: é realidade. Estamos falando da fibromialgia, uma condição crônica, até recentemente incompreendida - inclusive pelo próprio sistema de saúde.

O QUE É A FIBROMIALGIA?

A fibromialgia é uma síndrome de dor crônica generalizada, que afeta principalmente músculos e tecidos moles, mas não provoca inflamações visíveis nem alterações nos exames convencionais. Em outras palavras: dói, mas não aparece. A condição atinge, em sua maioria, mulheres entre 30 e 60 anos, embora possa surgir em qualquer idade ou sexo.

SINTOMAS PRINCIPAIS

Dor generalizada e persistente (em ambos os lados do corpo, acima e abaixo da cintura);

Fadiga intensa, mesmo após descanso;

Sono não reparador;

Déficits de memória e

Aposentadoria por invalidez ou por deficiência (quando justificada);

Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS), para famílias de baixa renda;

Atendimento preferencial e passe livre no transporte público (conforme legislação local).

Importante: o reconhecimento como

HÁ CAUSAS

CONHECIDAS?

Não existe uma causa única estabelecida.

Acredita-se que a fibromialgia resulte de uma combinação de fatores, como:

Predisposição genética (histórico familiar);

Eventos traumáticos físicos ou emocionais;

Infecções virais ou bacterianas;

Alterações na forma como o cérebro e o sistema nervoso processam a dor.

Pacientes com fibromialgia apresentam uma hipersensibilidade à dor, como se o "volume da dor" estivesse permanentemente aumentado no cérebro.

comprovadas por meio de avaliação biopsicossocial, realizada por uma equipe multiprofissional (médicos, psicólogos e assistentes sociais).

O QUE MUDA NA

PRÁTICA?

A lei determina:

Atendimento multidisciplinar pelo SUS;

Formação de profissionais capacitados para o manejo da fibromialgia;

Criação de políticas públicas que favoreçam a inclusão no mercado de trabalho.

Pacientes com fibromialgia, se reconhecidos como Pessoas com Deficiência (PcD), poderão ter acesso a:

Vagas em concursos públicos por cota;

Isenção de **impostos** na compra de veículos adaptados;

atenção (conhecidos como "fibrofog");

SINTOMAS

FREQUENTES: DOR DE CABEÇA, SÍNDROME DO INTESTINO IRRITÁVEL, ANSIEDADE E DEPRESSÃO.

COMO É FEITO O

DIAGNÓSTICO?

O diagnóstico é clínico, baseado na história do paciente e no exame físico. Os critérios atuais do American College of Rheumatology, aceitos pela Sociedade Brasileira de Reumatologia, devem ser avaliados preferencialmente por um médico reumatologista.

Exames laboratoriais e de imagem são solicitados .

para descartar outras condições, como síndrome de Sjogren, espondiloartrites, lúpus, artrite reumatoide ou doenças da tireoide.

Chama atenção o número expressivo de diagnósticos equivocados, muitas vezes decorrentes da complexidade clínica da síndrome.

RECONHECIMENTO LEGAL: O QUE DIZ A LEI Nº 15.176/2025?

A Lei nº 15.176/2025, sancionada em julho de 2025, reconhece a fibromialgia, a fadiga crônica e a síndrome complexa de dor regional como possíveis causas de deficiência, desde que

PcD não é automático. A avaliação precisa comprovar que a condição compromete, de forma significativa, a autonomia e a participação social da pessoa.

REALIDADE NO AMAPÁ

Assim como em outros estados, o Amapá enfrenta limitações no atendimento público aos pacientes com fibromialgia. A criação de centros especializados com fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais e educadores físicos é essencial para evitar agravamentos clínicos, abandono do trabalho e o surgimento de doenças secundárias, como diabetes, hipertensão, depressão e obesidade.

Atualmente, o estado conta com reumatologistas na rede privada e no Hospital de Clínicas Dr. Alberto Lima (HCAL -SUS). Para reabilitação, há serviços como Cerpis, Creap, Hospital Sarah e unidades de fisioterapia municipais em Macapá e Santana.

CONCLUSÃO

A fibromialgia é uma doença real, séria e que merece respeito. Ainda enfrentamos desafios como a desinformação e o preconceito - inclusive no meio médico. Falar sobre essa condição, explicar suas causas e impactos é uma forma de dar visibilidade a quem sofre calado.

Sentir dor

constantemente não é normal. Procure um médico reumatologista!

Site: <https://agazetadoamapa.com.br/wp-content/uploads/2025/08/Jornal-A-Gazeta-AP-3-e-4-08-2025.pdf>

A chantagem imperial de Trump

A reação mais articulada à chantagem de Donald Trump veio do Supremo Tribunal Federal. Na abertura do semestre, seu presidente, Luís Roberto Barroso, fez pronunciamento com forte carga institucional, mostrando as raízes do golpismo e do autoritarismo no país. Após a tentativa de golpe de 2022-2023, a ameaça autoritária persiste. Foi a atuação imediata e independente do STF que bloqueou o intento golpista. A persecução penal de seus mentores, líderes e agentes é uma salvaguarda para dissuadir novas tentativas. Os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes também fizeram pronunciamentos formais em termos vigorosos rejeitando a ameaça de Trump e denunciando a atitude antipatriótica dos Bolsonaro.

Há evidente insinceridade daqueles setores empresariais que apoiaram e financiaram a trajetória de Jair Bolsonaro rumo à Presidência e continuaram a apoiar o governo e dele se beneficiaram. Parte dos empresários diz que Lula não quer negociar. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fala a mesma coisa. Outra parte deixa essa opinião implícita ao dizer que o governo Lula precisa de serenidade e buscar a negociação.

São distorções da realidade e da verdade. O governo nunca se negou a negociar. Adotou comportamento sereno e equilibrado, deixando a iniciativa com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os dois mantiveram e mantêm contato continuado com suas contrapartes no governo americano.

Quem não tem serenidade e se recusa a negociar é Donald Trump. Ele é guiado pela mais tacanha e ultrapassada versão da ideologia do excepcionalismo americano, base da justificação do imperialismo no seu auge. A ideologia que põe o país no papel de xerife institucional do mundo, de democracia impecável e justifica a interferência, inclusive, armada, em outros países, a pretexto de defender a democracia, versão USA.

Trump tem uma imagem napoleônica de si mesmo. Relaciona-se com os outros governantes de modo imperial, sempre superior. Com a arma da intimidação econômica tem conseguido que grande número de países aceite tarifas maiores e prometam mais investimento na economia dos Estados Unidos. Atitude que o Financial Times classificou como "cowering to a bully", acovardando-se diante de um assediador, ao falar do acordo dos EUA com a União Europeia. O

governo francês o vê assim, também, como uma rendição. Os governos alemão, conservador, e italiano, de ultradi-reita, criticaram o acordo negociado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

As sanções impostas por Trump ao Brasil não têm fundamento econômico. São puramente políticas. Trump age de má-fé. Põe-se ao lado dos golpistas, como se defendesse a democracia que eles pretendiam implodir ou explodir. Incapaz de fazerem as instituições se curvarem, quando governo Bolsonaro e seus asseclas passaram à tentativa de golpe tradicional, com intervenção militar e deposição do presidente eleito.

É por estes crimes de atentado contra o Estado Democrático de Direito que Jair Bolsonaro é réu e será julgado e condenado em breve. Com ou sem sanções econômicas ilegais e ilegítimas dos Estados Unidos. Com ou sem Lei Magnitsky aplicada contra o ministro Alexandre de Moraes contrariando a letra desta própria lei.

A nova fase do golpe inacabado, na verdade, continuado, vai dar resultados contrários ao desejado por seus executores. Com a chantagem e seus efeitos, o Congresso não votará a anistia por eles desejada para seus crimes. O STF prosseguirá no julgamento desses crimes. As sentenças serão proferidas, transitarão em julgado e serão cumpridas.

A inépcia dos golpistas é patente. As sanções econômicas atingem estados brasileiros e americanos. As pressões sobre os parlamentares desses estados para que atuem buscando revertê-las sairão pelo menos o efeito de inibir decisões favoráveis a eles, como a anistia. Muitas dessas tarifas tendem a ser reduzidas para atender aos interesses de empresas americanas. As que permanecerem, ajudarão a aumentar a **inflação** e reduzir o ímpeto de crescimento da economia.

O efeito chegará às urnas. Os estados prejudicados podem derrotar parlamentares republicanos que aceitaram a invasão de suas prerrogativas por Trump. As eleições intermediárias podem dar a maioria parlamentar aos democratas. As cortes podem se sentir mais livres para julgar a ilegalidade dos decretos presidenciais. Trump seria confrontado. A democracia americana seria testada no seu limite.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2025/08/04/all.pdf>

Serenidade é sinal de firmeza - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Henrique Meirelles EX-PRESIDENTE DO BC E EX-MINISTRO DA FAZENDA

Uma exigência do trabalho de autoridades monetárias é saber equilibrar a observação do momento da economia, com suas tensões normais, com a observação do horizonte mais longo, onde estão os objetivos da política monetária, para tomar a melhor decisão sobre a taxa de juros. Em momentos de baixa previsibilidade, serenidade é sinal de firmeza. Por isso que, na semana passada, por motivos diferentes, o Banco Central e o Federal Reserve mantiveram suas taxas de juros no mesmo patamar.

No caso do Fed, como já falei em colunas recentes, o cenário é desafiador. As tarifas impostas pelo governo Trump ainda são recentes e seus efeitos na economia americana ainda não são discerníveis.

Somadas a dados que indicam que a economia ainda está aquecida, com crescimento de 3% no segundo trimestre, de mercado de trabalho dinâmico e de uma **inflação** resiliente, o Fed não tinha outra saída senão manter os juros na faixa entre 4,25% e 4,5%, considerada alta para os padrões históricos do país.

É a decisão mais acertada no contexto atual. A firmeza e a tranquilidade do Fed são o que os Estados Unidos - e o mundo - precisam em um momento de muito ruído e instabilidade crônica que ameaçam a economia.

No caso brasileiro, o Copom optou por manter a Selic em 15% ao ano, um nível alto para nossos padrões recentes. O cenário internacional é adverso aos países emergentes sob a implementação das tarifas nas importações americanas. No nosso caso, apesar de a lista de exceções no tarifaço ser extensa, com quase 700 produtos, e seu resultado ser menos ruim do que se anunciava, o Banco Central preferiu a cautela de manter as coisas como estão até conseguir enxergar melhor.

Há ainda certa desancoragem nas expectativas de **inflação** no horizonte, algo que o BC não pode tolerar, pois sua missão é cumprir a meta. A economia brasileira mantém um bom ritmo de crescimento. O mercado de trabalho se mantém aquecido, com

desemprego em 5,8%, um nível baixo.

Parte importante disso é resultado das reformas estruturais feitas em 2017 e 2018. A reforma trabalhista e a lei do cadastro positivo, que viabilizou a criação do Pix, aumentaram a produtividade da economia brasileira. Os resultados começam a aparecer.

Como eu já disse, em algumas situações a taxa de juros é alta porque as expectativas de **inflação** estão acima da meta.

Como não há sinal de mudança no cenário interno, inclusive na política fiscal, o Banco Central nada pode fazer senão manter os juros altos. No Brasil ou nos Estados Unidos o momento é de cautela. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Criptos de dólar" já negociam muito mais do que o famoso Bitcoin

As chamadas stablecoins, ativos digitais atrelados principalmente a moedas fiduciárias - notadamente as criptos de dólar - já representam uma fatia relevante do ecossistema de criptoativos global. Atualmente, 90% de todas as stablecoins emitidas no mundo são de dólar - daí a denominação informal "cripto de dólar", mas há também de euro, yuan e real. A capitalização de mercado soma US\$ 270 bilhões, com estimativas de US\$ 3,7 trilhões até 2030, segundo o Citigroup.

No fim de 2024, as transferências com stablecoins atingiram US\$ 720 bilhões - um recorde histórico para um único mês. Em maio de 2025, o número de investidores ultrapassou os 160 milhões no mundo, mais do que todos os correntistas de J.P. Morgan, Bank of America, Wells Fargo e Citibank, os quatro maiores bancos dos EUA, somados.

Diariamente, o volume transacionado com esses ativos supera o do Bitcoin, a cripto-moeda mais conhecida.

As stablecoins são cripto-moedas lastreadas em ativos reais, que além de moedas, podem acompanhar commodities, como ouro, por exemplo, originalmente concebidas para serem "moedas estáveis", mas não são moedas propriamente ditas, tampouco garantidas como estáveis, alertam especialistas. Para lançar uma stablecoin, o emissor (normalmente entidade privada) precisa ter uma reserva em ativos "reais" equivalente aos números de criptos (tokens) lançadas no mercado.

EUA APROVAM MARCO LEGAL

Os Estados Unidos aprovaram este ano o Genius Act, marco legal para stablecoins privadas, exigindo transparência, reservas 1:1 e auditoria externa. No Brasil, o uso é crescente, e o Banco Central já abriu consultas públicas para a regulamentação. Em abril de 2023, o BTG Pactual foi o primeiro a entrar nessa seara, e outras instituições, como o Itaú, estão se movimentando no mesmo sentido. Segundo André Porti-lho, sócio do BTG e fundador da plataforma cripto Mynt, as criptos de dólar são parte de movimento evolutivo:

-Da moeda de prata ao papel pintado com lastro em ouro, depois sem lastro em ouro, até chegar ao Pix, o dinheiro é vivo, evolui com a tecnologia. As stablecoins são só mais um capítulo de transformação.

Essas criptos são muito utilizadas para remessas internacionais mais baratas (não há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF), para pagamentos trans-nacionais mais rápidos, proteção cambial contra **inflação** e inclusão de "desbancarizados" em países sem um sistema financeiro desenvolvido.

A maior stablecoin lastreada em dólar (daí o apelido "cripto de dólar") é a USDT, emitida pela empresa global Tether, seguida da USDC, da americana Circle. Juntas, as duas emissoras detêm mais títulos americanos do que países como a Alemanha, o que mostra o peso desses ativos no sistema financeiro.

Para se ter uma ideia do crescimento na procura dessas criptos de dólar, o volume negociado de USDT no Brasil cresceu 32% e chegou a quase R\$ 10 bilhões em junho. Já no fim de 2023, as movimentações dos brasileiros com USDT e USDC chamavam a atenção da Receita. Em seu último relatório (o único com dados oficiais), o órgão identificou que, somadas, as transações correspondiam a 86% do volume total mensal, enquanto o Bitcoin ficava com meros 4%. Em novembro daquele ano, a Receita suspendeu a divulgação dos dados.

Gustavo Cunha, planejador financeiro, estudioso do universo cripto e fundador da Fintrender.com, destaca o histórico inovador dessas duas stablecoins. A USDT, por exemplo, nasceu em meados da década de 2010 para resolver um problema da Bitfinex, uma das maiores plataformas cripto da época, em seu relacionamento com bancos tradicionais.

PORTA DE ENTRADA

Cunha diz que a "solução veio em forma de inovação", já que a USDT permite transferências em dólar sem recorrer aos bancos "analógicos" a cada transação:

- Cada vez que alguém queria comprar ou vender um criptoativo com dólar, era necessário acessar o sistema bancário, uma interface frágil, lenta e sujeita a interrupções.

Já a USDC -uma stablecoin já em conformidade com

questões regulatórias, segundo relatório do Nubank, é o segundo criptoativo mais popular entre os usuários de sua plataforma: representa 25% das primeiras compras no aplicativo, atrás apenas do Bitcoin.

- As abecoinhas são uma porta de entrada estratégica para o universo cripto, especialmente para quem busca do-larizar seu patrimônio de forma simples e de baixo custo - diz Thomaz Fortes, diretor da unidade de cripto do Nubank.

Dados do banco cripto Bitybank mostram que 50% de toda a movimentação na plataforma já ocorre via criptos de dólar -uma alta de 160% em 12 meses.

Leia outras reportagens sobre finanças pessoais e investimentos no site www.valorinveste.com

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mesmo com tarifaço, país terá 'pouso suave', prevê Samuel Pessoa

A economia brasileira terá um "pouso suave" em 2025 e em 2026, com crescimento mais baixo do que em anos anteriores, na faixa de 2% ao ano, mesmo com o provável impacto negativo do "tarifaço" do presidente americano, Donald Trump. A análise é de Samuel Pessoa, pesquisador do BTG Pactual, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e novo coordenador do Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) da fundação. Para Pessoa, a aplicação de sobretaxas pelos EUA sobre as exportações brasileiras não muda o cenário macroeconômico básico do país no horizonte até 2026.

Pessoa, que é doutor em economia, assume o Codace oficialmente nesta segunda-feira (4). Ele vai substituir Affonso Celso Pastore (1939-2024), que foi coordenador do Codace desde o começo do comitê, em 2004. Pessoa assume o Codace em meio a um momento em que a economia brasileira apresenta sinais de "desaceleração" com certa "desinflação", diz.

Pessoa lembrou que, por escolha do governo, houve impulso fiscal maior no começo do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A medida teve algumas consequências, como o uso maior de capacidade instalada na indústria e redução na taxa de desemprego.

Mas salientou que a taxa de crescimento do gasto primário, mesmo que ainda no terreno positivo, tem caído. "E, por outro lado, por conta de **inflação** ainda significativamente acima da meta, estamos com taxa de juros contracionista [a Selic, a taxa básica de juros, ainda elevada]", afirmou. Ele prosseguiu: "Quando digo que temos cenário de pouso suave é porque parece que temos política monetária mais contracionista e uma política fiscal, que é expansionista, mas cada vez menos expansionista", afirma. "O resultante, dessas duas forças, vai produzir desaceleração da economia, com certa desinflação", previu.

"Haverá novas oportunidades para voltarmos à agenda de liberalização"

Pessoa admite que os resultados da economia de 2025 e 2026 não vão passar incólumes pelo tarifaço de Trump. "Os cálculos que nós fazíamos antes da

divulgação do decreto presidencial do presidente Trump [em 30 de julho] eram de decréscimo em 12 meses, a partir de agosto, mês de começo de vigência da taxaço, de 0,3 ponto percentual (p.p.) no Produto Interno Bruto", diz.

Com o anúncio das exceções tarifárias, as novas taxas americanas devem atingir um universo de produtos menor, algo em torno de 35,9% das exportações do país, segundo cálculos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), diz Pessoa. Como resultado, afirmou, o impacto deve ser menor, com decréscimo entre 0,15 p.p. e 0,20 p.p. no **PIB** em 12 meses a partir de agosto.

O pesquisador não descartou que, no Brasil, a produção de máquinas e equipamentos possa ser especialmente afetada pelas tarifas americanas. Esse setor, pelo menos até agora, não entrou na lista de exceções tarifárias. A lista incluiu quase 700 produtos brasileiros em um primeiro momento. A indústria de máquinas e equipamentos exporta cerca de US\$ 3,6 bilhões por ano para Estados Unidos, segundo a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Ele acrescenta que a situação poderia ser usada pelo Brasil para promover uma maior abertura comercial. "Talvez seja uma oportunidade para percebermos como a abertura comercial de um país é importante", afirma. A posição é semelhante à de outro integrante do Codace, o economista Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, que, em evento na Academia Brasileira de Letras (ABL), em julho, defendeu que Trump oferece uma oportunidade de o Brasil fazer uma "reforma liberalizante" no comércio exterior. "Devemos fazer desse limão uma limonada", disse Bacha na ocasião.

Pessoa avalia que as medidas de Trump são de um governante que fecha as portas no âmbito comercial a outros países. "Estamos aprendendo a importância da abertura pelo jeito mais difícil", disse. "Temos um presidente nos Estados Unidos que está fazendo esforços grandes para 'desglobalizar' o mundo. E vemos, agora, o quanto que isso é ruim. Ruim para o Brasil, ruim para os outros países."

Na visão de Pessoa, iniciativas de aproximação

econômica entre países, por meio do comércio, promovem melhor divisão de trabalho, mais especialização e ganhos de produtividade globais. O novo coordenador do Codace não descartou que a situação atual conduza a novos movimentos de integração comercial, incluindo o Brasil. "Creio que haverá uma porção de novas oportunidades para voltarmos à agenda de liberalização da economia, inclusive a partir de um certo aprendizado da sociedade brasileira", prevê. "Estamos tendo experiência cabal de como fechar a economia é ruim."

O Codace foi criado pela FGV em 2(X)4, com o objetivo de estabelecer cronologias de referência para ciclos econômicos. Participam do comitê, além do coordenador, Edmar Bacha, sócio-fundador e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças; João Victor Issler, professor titular da Escola Brasileira de Economia e Finanças da fundação (FGV/EPGE); Marcelle Chauvet, do Departamento de Economia da Universidade de Califórnia Riverside; Marco Bonomo, PhD pela Universidade de Princcton e professor do Ins-per; Aloísio Campeio Júnior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV Ibre); Fernando Veloso, doutor em Economia pela Universidade de Chicago; e o membro licenciado Paulo Picchet-ti, atual diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1§ion=1)**

Cortes mais acentuados da Selic vão depender de cautela fiscal - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

O Brasil deve crescer de 2% a 2,5% neste ano, com desemprego baixo e renda em alta, mesmo num cenário marcado pela combinação do choque tarifário promovido pelos EUA, das incertezas persistentes sobre as contas públicas e dos juros estratosféricos. A **inflação** ainda está distante da meta perseguida pelo Banco Central (BC), de 3%, mas tem mostrado um comportamento mais benigno, refletindo os efeitos do câmbio menos desvalorizado, com o dólar na casa de R\$ 5,50 a R\$ 5,60, e uma atividade um pouco mais fraca. Se o governo resistir à tentação de um ativismo fiscal exagerado, ajudará a abrir espaço para o BC cortar a Selic, aliviando o custo de empréstimos e financiamentos para pessoas físicas e empresas e reduzindo os gastos com juros do Tesouro, o que melhoraria a dinâmica da dívida pública.

A economia brasileira mostra um desempenho bastante razoável, a despeito da desaceleração esperada para o **PIB** nos próximos trimestres, num momento em que o mundo se tomou muito mais incerto, devido às políticas implementadas pelo governo de Donald Trump. Por motivos eminentemente políticos, que nada têm a ver com questões comerciais, o presidente americano impôs tarifas despropositadas para as exportações brasileiras, de 50%, que deverão prejudicar alguma medida de crescimento brasileiro. O impacto, contudo, tende a ser relativamente limitado nas contas do Bradesco, haverá uma redução da expansão do **PIB** de 0,3 ponto percentual em 12 meses, se não houver diversificação de destinos das vendas externas que iriam para os EUA. As exportações para o mercado americano correspondem a cerca de 2% do **PIB**, e Trump abriu quase 700 exceções à tarifa de 50%, aliviando algo como 45% das vendas do Brasil para a maior economia do planeta. O tarifaço é injusto e setores importantes da economia não foram poupados, como os de café, carnes, têxteis e calçados, mas, tudo indica, os estragos sobre a economia brasileira não serão significativos.

O governo tem reagido em geral com pragmatismo à situação. O momento de tentar ampliar as exceções, atuando em conjunto com empresas americanas que importam produtos brasileiros taxados em 50% e buscando negociar com a gestão de Trump. A tarefa obviamente está longe de ser simples, devido à

motivação política das medidas adotadas contra o Brasil, mas é um caminho que pode render mais frutos, como indicam as isenções das novas alíquotas a setores como aviação civil, suco de laranja e petróleo.

No plano doméstico, o Brasil tem uma combinação disfuncional de política fiscal e de política monetária - a primeira é excessivamente frouxa, o que leva a segunda a ser muito contracionista. Com o crescimento insustentável das despesas obrigatórias e um volume expressivo de benefícios e subsídios tributários, as incertezas sobre as contas públicas permanecem elevadas, ajudando a explicar o nível dos juros. Com a Selic em 15% ao ano, o Brasil tem uma taxa real de 10%, descontando a **inflação** projetada para os próximos 12 meses. Ainda assim, o IPCA continua acima da meta de 3%.

O BC interrompeu o ciclo de alta da Selic no mês passado. Criar condições para a redução da taxa deveria ser uma prioridade do governo, o que passa por cautela na política fiscal. O ideal seria a adoção de medidas estruturais para reduzir o ritmo de crescimento dos gastos obrigatórios, mas essa agenda deverá ficar para 2027, após as eleições presidenciais do ano que vem. O governo, porém, pode contribuir para abrir espaço para uma Selic menor, deixando de promover estímulos fiscais e para-fiscais (como uma atuação mais forte dos bancos públicos) exagerados.

Dado o efeito negativo do tarifaço sobre os setores que não conseguem escapar da alíquota de 50%, faz sentido que o governo federal e as administrações estaduais ajudem as empresas prejudicadas pelas medidas adotadas pelos EUA. O fundamental é que elas sejam bem focadas e sejam temporárias, beneficiando por períodos limitados as companhias e trabalhadores de segmentos de fato afetados pelo tarifaço. Se houver criação de subsídios permanentes e os gastos com o pacote de ajuda forem muito altos, as incertezas sobre as contas públicas vão aumentar, o que vai reduzir o terreno para os cortes de juros, ao pressionar o câmbio, por exemplo.

Hoje, o consenso do mercado aponta para a manutenção da Selic em 15% até o fim do ano, com a taxa terminando em 12,5%. Há, porém, quem seja mais otimista e acredite numa queda maior dos juros no Brasil, como o Bank of America. Os analistas do banco acreditam que o BC poderá cortar a Selic em

dezembro deste ano, reduzindo a taxa para 14,3%. Em 2026, os juros seguiriam em baixa, terminando o ano em 11,25%, devido à combinação de uma trajetória mais benigna para a **inflação**, a atividade econômica e o câmbio. Os riscos para esse cenário

mais favorável são uma política fiscal mais frouxa e uma desvalorização do real decorrente de eventuais tensões comerciais, diz o Bank of America. No cenário base do banco, porém, não haverá pressões inflacionárias globais significativas nos próximos trimestres, devido às perspectivas de um dólar fraco no mercado internacional, de desaceleração das economias dos EUA e da China e de preços controlados do petróleo.

O ambiente global se tomou muito mais imprevisível com Trump. A imposição ao Brasil e a outros parceiros comerciais dos EUA de tarifas de importação nas alturas terá efeitos negativos sobre a atividade global, além de aumentar os níveis de incerteza, algo negativo para o investimento privado. Trump pode tomar novas medidas que prejudiquem o Brasil e a economia mundial, o que tenderia a pressionar o dólar por aqui, reduzindo o espaço para cortes da Selic. Nesse ambiente, o governo não deveria criar ruídos, evitando elevações injustificadas de gastos nos próximos 18 meses. Juros reais de 10% são danosos para a economia, e excessos de estímulos fiscais podem limitar a queda da taxa.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188286?page=1§ion=1>